

**FÁTIMA MARCELLO GUIS**

**COMO OCORRE O INGRESSO DO “DEFICIENTE MENTAL LEVE”,  
DENTRO DA ESCOLA ESPECIAL PROFISSIONALIZANTE**

**FRANCISCO BELTRÃO- PR**

**MARÇO – 1998**

**FÁTIMA MARCELLO GUÍS**

**COMO OCORRE O INGRESSO DO “DEFICIENTE MENTAL LEVE”  
DENTRO DA ESCOLA ESPECIAL PROFISSIONALIZANTE**

Projeto de monografia apresentado para a conclusão do curso de pós-graduação nas disciplinas de produção de material instrucional e elaboração de material didático na área do conhecimento professor-aluno para a educação de jovens e adultos da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Rossana Seabra Sade.

**FRANCISCO BELTRÃO – PR**

**MARÇO – 1998**

# SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO.....	04
1.1. Referencial Teórico.....	07
1.1.1. Fundamentos Teóricos da Profissionalização.....	07
1.1.2. Pressupostos Legais.....	09
1.1.3. Formas de implementar os programas de profissionalização.....	12
1.2. Educação Profissionalizante.....	14
1.2.1. Conceitos profissionalizantes usados dentro da Educação Especial.....	14
1.2.2. Fases dos programas profissionalizantes.....	16
1.2.3. As oficinas pedagógicas.....	17
1.2.4. Caminhos que levam o Deficiente Mental Leve à profissionalização.....	18
1.2.5. Os espaços profissionalizantes da Escola Especializada Mundo Colorido – APAE.....	19
1.3. Trabalho, integração social e o deficiente mental leve.....	21
1.3.1. Trabalho e deficiência mental leve.....	21
1.3.2. Integração Social e Trabalho.....	22
1.3.3. O deficiente mental leve e o trabalho competitivo.....	23
II – METODOLOGIA.....	26
2.1. Procedimentos Metodológicos.....	26
2.2. Recursos.....	26
2.2.3. Humanos.....	27
2.2.4. Materiais.....	27
2.2.5. Avaliação.....	27

III – CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30
ANEXO.....	32

## I – INTRODUÇÃO

A capacitação para o trabalho faz com que o ser humano se sinta útil a si e ao meio que o cerca.

Estar apto para o trabalho é uma realização pessoal de cada indivíduo.

A presente pesquisa, vem propor esclarecimentos sobre o trabalho, importância para a sobrevivência e independência das pessoas. Não vamos tratar de ocupação, de treinamento de habilidades para cidadãos comuns mas de Pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Especiais – o deficiente mental leve.

A preparação para o trabalho motiva o deficiente mental, faz com que, através do treinamento das habilidades, ele mesmo sinta que é capaz de produzir, com isso, pode trilhar os caminhos da independência. Importante para si, para a família e para a sociedade, Canziani (1977).

Preparar o educando deficiente mental para o trabalho atualmente é um desafio pois, vivemos numa época em que os bem escolarizados e muito bem habilitados não conseguem um espaço no mercado de trabalho. Um Portador de Necessidades Educativas Especiais tem ainda menos espaço.

O educando especial, algumas vezes é visto dentro das próprias instituições como um ser que desempenha pouca produção, portanto, sem necessidade para ser treinado a executar determinadas tarefas no mercado de trabalho.

Paralelo à questão acima, os deficientes mentais enfrentam a falta de recursos físicos, humanos e financeiros. Assim o direito de ser cidadão passa a ser mais um dever a ser cumprido.

No Paraná, existem várias escolas e Instituições Especializadas que fazem um ótimo trabalho com relação ao treinamento e preparação para a futura profissionalização.

Na cidade de Francisco Beltrão, sudoeste do Paraná, há anos, a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) vem desenvolvendo, nos educandos que freqüentam a instituição e, com idade e pré-requisitos adequados, um preparo para a profissionalização. A Escola Especializada Mundo Colorido – APAE, é uma instituição que depende de recursos financeiros de órgãos governamentais e de auxílio da sociedade. Temos convênios, verbas que são solicitadas através de projetos, auxílio da Prefeitura Municipal, etc. Esses recursos, são sempre insuficientes para atender a demanda diante às necessidades, portanto, periodicamente buscamos alternativas que objetivem atender nossa clientela com o fim de fazer dos educandos especiais seres úteis a si, a suas famílias e, conseqüentemente, à sociedade.

## ***Tema Central***

O tema central deste trabalho é de estudar como é o ingresso do “deficiente mental leve” dentro da Escola Especial Profissionalizante, quais os meios que as instituições usam para fazer com que este educando seja preparado para o trabalho.

Preocupada como ocorre este processo, analisaremos algumas propostas pedagógicas realizadas neste sentido, que objetivem o ingresso do educando especial, dentro da Escola Especial Profissionalizante.

## ***Objetivo***

O objetivo deste estudo é o de verificarmos como ocorre o processo de ingresso do “deficiente mental leve”, dentro da Escola Especial Profissionalizante pois entendemos que é a partir da profissionalização que ele (o excepcional), entra no mercado de trabalho, como afirma Tomasini (93) “a inclusão do deficiente mental no mercado de trabalho é fundamental para a vida dos mesmos pois, isso vai possibilitar o acesso ao emprego, vai auxiliar a auto-estima e conseqüentemente vai proporcionar a este indivíduo, uma semi-independência em relação à família mesmo que esta capacidade que ele adquiriu através da profissionalização seja limitada por uma deficiência”.

## ***Justificativa***

Nossa ação justifica-se por termos conhecimento de que o Portador de Necessidades Educativas Especiais – o Deficiente Mental Leve, é um cidadão comum que tem direitos (assegurados por lei) que lhes garante o treinamento de habilidades e um trabalho. Este último, é viável. Para isso existem as Escolas e Instituições Especializadas que tem a incumbência de desempenhar, em favor do educando especial, suas melhores tarefas.

## ***1.1. Referencial Teórico***

### ***1.1.1. Fundamentos Teóricos da Profissionalização***

De acordo com o Currículo da Escola Especializada Mundo Colorido APAE (Francisco Beltrão) 1997, o trabalho “é um bem do homem – é um bem da humanidade”, porque mediante o trabalho, o homem não somente transforma a natureza, adaptando-a às suas próprias necessidades, mas também se realiza a si mesmo como homem e até, num certo sentido, se torna mais homem.

A análise da história da humanidade mostra que desde os primórdios o homem, por uma questão religiosa ou por uma questão de sobrevivência, viu-se obrigado a trabalhar.

Parece que a compreensão do trabalho como uma manifestação e necessidade vital se sobrepõe à questão religiosa, onde o labor é entendido como castigo divino decorrente do pecado.

A espécie humana, bem como a grande maioria das espécies animais, desde cedo se exercita em busca de abrigo, alimentação, descanso e procriação.

Pelo seu trabalho, o ser humano passou a desafiar o meio ambiente, submetendo-o ao processo de transformação produtiva, garantindo assim a sobrevivência das diversas civilizações.

De controle exercido sobre a natureza surgiram as primeiras atividades, voltadas para a agricultura, nas áreas de solos férteis e para o comércio e a navegação, na orla marítima, e as atividades nômades baseadas no extrativismo e na pecuária, nas regiões montanhosas ou desérticas. Estabelecia-se, assim, a origem da estratificação setorializada da economia: o setor primário, secundário e terciário.

À medida da evolução social, econômica e política também se processaram transformações substanciais na relação homem-trabalho.

Enquanto as camadas mais favorecidas se atinham a atividades de cunho social, intelectual, político e econômico, as classes menos favorecidas eram submetidas ao trabalho escravo, que evoluiu, no decorrer do processo histórico, para o operariado, com remuneração em forma de salário.

Estabeleceu-se desta forma, a dicotomia entre o trabalho mental e o trabalho manual, homem produtivo e improdutivo, as atividades qualificadas e as não qualificadas, os grupos que têm facilidade de acesso ao mercado de trabalho e aqueles que muitas vezes, involuntariamente, não ultrapassam as raias do subemprego ou da marginalidade.

Nesse contexto sócio-econômico conflitivo se encontram os portadores de deficiência, segmento este que, paralelamente a outros grupos, foram estigmatizados socialmente, por serem entendidos como improdutivos ao sistema.

Esta visão trouxe graves conseqüências, cujas repercussões se fazem sentir até hoje, quanto ao acesso dessas pessoas aos direitos sociais, entre eles a educação e o trabalho.

É no exercício profissional que os portadores de deficiências, o deficiente mental leve, independente de suas limitações, estabelecem relações com seus semelhantes, as quais passam a se constituir na mola mestra do crescimento interior e da exteriorização das aspirações e manifestações mais profundas do ser humano.

Tais aspirações só se concretizam sob a ótica do trabalho, quer seja ele manual intelectual, artesanal, industrial ou artístico.

Por isso, a Educação apresenta no bojo de sua filosofia a preocupação com a formação para o trabalho, princípio também incorporado pela Educação Especial.

No âmbito da Educação Especial nem o educando consegue alfabetizar-se e concluir a escolaridade regular, buscando-se então, como a terminalidade, a preparação para o trabalho.

Deduz-se que, a partir dessas considerações, em se tratando de Educação Especial, dever-se-ia buscar o equilíbrio do currículo escolar desenvolvendo tanto atividades intelectuais quanto manuais e eliminar, gradativamente, a idéia errônea que se tem dos portadores da deficiência como incapazes de desenvolver tarefas que exijam predominantemente o intelecto.

As experiências educacionais vêm mostrando que, embora portadores de deficiência, essas pessoas são capazes de desenvolver tarefas as mais variadas possíveis no campo da ciência, tecnologia e arte.

Quando se fala em ciência, tecnologia e arte, sempre nos vem à mente grandes cientistas, técnicos, músicos, escultores e pintores; no entanto, é importante se pensar que um educando portador de deficiência, ao construir um carrinho, está aplicando, na maioria das vezes, inconscientemente, princípios científicos, tecnológicos e artísticos.

Ou será que fazer rodinhas com encaixes adaptados de forma a permitir o movimento do carro, estabelecer simetria, atribuindo-lhe formas harmônicas, executar acabamento, escolher e combinar cores não exige ciência, técnica e arte?

É assim que muitos dos nossos educandos mais comprometidos iniciam sua caminhada profissional, muitas vezes cerceada para grandes realizações pelo fator limitante imposto pela deficiência.

No entanto, por menores que sejam as tarefas desenvolvidas, ela têm o seu valor, pois darão suporte a esses educandos para executar trabalhos mais complexos.

A busca do extrapolamento de atividades simples para outras mais complexas deve se constituir a grande meta a ser perseguida pelos professores que atuam com a profissionalização voltada para esse grupo específico de alunos. Por isso, o conformismo diante da excepcionalidade deve ser abolido e substituído por idéias audaciosas, que levem em conta a possibilidade desses educandos superarem suas limitações.

O que seria da física contemporânea sem os estudos de Stephen Hawking, da música clássica sem Beethoven, da escultura brasileira sem Antonio Francisco Lisboa (o Aleijadinho), entre tantos outros portadores de deficiência que, além de sobreviverem de seu trabalho, contribuíram significativamente para a projeção de seu País?

Para que tais performances ocorram é fundamental que desde muito cedo a escola busque através de atividades lúdicas, de trabalhos manuais e intelectuais desenvolver no educando os princípios básicos para o exercício profissional na vida adulta destacando-se a persistência na execução de tarefas, a concentração, o gosto pela atividade, a ordem, a limpeza e a economia do material usado, a responsabilidade, a observação dos cuidados para evitar acidentes de trabalho, a incorporação de hábitos de higiene e saúde.

Além desses, deve a educação especial buscar, ainda, desenvolver, através de atividades pedagógicas, atitudes participativas, cooperativas e o senso crítico, que habilite esses educandos a viver e conviver em sociedade, de maneira participativa, útil e produtiva, com plena consciência de seus direitos e deveres sociais em busca do exercício pleno da cidadania.

### ***1.1.2. Pressupostos Legais***

Ainda, de acordo com o Currículo da Escola Especializada Mundo Colorido APAE (Francisco Beltrão) 1997, as injustiças sociais no que tange ao trabalho humano se acentuaram à medida da evolução da economia mundial e, diante disto, os grandes organismos intelectuais como a ONU, a CIT, as encíclicas papais e os governos mundiais passaram a se preocupar em estabelecer leis que viessem defender e assegurar a todo o cidadão o direito ao trabalho.

A Declaração dos Direitos Humanos, promulgada em 1948 pela Organização das Nações Unidas, estabelece que “Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, às condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”.

Fundamentando-se nesses princípios, a Organização Internacional do Trabalho estabelece a recomendação número 99, reforçada posteriormente pela recomendação 168, de 01/06/1983 em sua 69ª reunião em Genebra.

Em 1983, a Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho convocado pelo Conselho de Administração do Escritório Internacional do Trabalho, na mesma cidade, tomando conhecimento das normas existentes, contidas nas recomendações 99 e 168 sobre Habilitação P e Reabilitação Profissional das pessoas deficientes, e considerando a recomendação de 1985 sobre o desenvolvimento dos recursos humanos observaram a ocorrência de progressos significativos da compreensão das necessidades em matéria de Reabilitação e Reorganização do Serviço de Reabilitação na legislação e desempenho dos Países Membros.

Depois de haver decidido adotar diversas propostas relativas à reabilitação profissional, e que estas deveriam ter a forma de uma Convenção, realiza a de número 159/83 sobre Reabilitação Profissional e Emprego das Pessoas Deficientes, em vigor, atualmente, e encampada pelos países membros.

Esta Convenção enfatiza a Reabilitação Profissional e o Emprego das Pessoas Deficientes, a fim de alcançar as metas da Participação Plena das pessoas deficientes na vida social e no desenvolvimento, assim como a igualdade de oportunidade e de tratamento para pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiência.

O Brasil, pelo Decreto Governamental nº 129/91, estabelece que o teor contido no documento oriundo dessa Convenção “será executado e cumprido tão inteiramente como nela se contém”. Na Constituição Brasileira em vigor, alguns artigos assumem relevância sobre a ótica do Direito ao Trabalho e da Habilitação, Reabilitação e Profissionalização dos portadores de deficiência.

O artigo 1º estabelece como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e destaca, nos artigos 6º e 7º os direitos sociais do cidadão, entre eles, o acesso ao trabalho”.

A reserva de percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência é prevista na Carta Magna, no item VIII do artigo 37; o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para trabalho foram contemplados no artigo 205 e 227 é

preconizado como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, entre outros direitos, aquele que se refere a profissionalização.

Vale destacar o item II do parágrafo 1º do artigo 227, de forma abrangente incorpora a filosofia da integração ao estabelecer a “criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência mediante treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos”.

Assume importância, no âmbito da garantia dos direitos sociais aos portadores de deficiência, a Lei 7853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos destas pessoas, disciplina e atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.

No Paraná, esses princípios legais foram incorporados pela Constituição Estadual e, em função deles, foi lavrado um Protocolo de Intenções entre as Secretarias de Estado da Educação, Trabalho e Ação Social e Saúde, visando a operacionalidade “Projeto Estadual de Capacitação Profissional, Colocação e Acompanhamento das Pessoas Portadoras de Deficiência no Mercado de Trabalho.

Esses dispositivos legais refletem a filosofia quanto ao direito ao trabalho de todos os cidadãos, inclusive os Portadores de Deficiência.

Embora exista todo um aparato legal a ser cumprido, eles continuam sendo ignorados pelo setor Público e Empresarial no momento da seleção de recursos humanos através de concursos.

Muitas vezes, ainda, os portadores de deficiência, são aprovados nas provas e títulos e reprovados, sumariamente, ao se submeterem a exames por juntas médicas, desconhecedoras do processo de reabilitação.

Como se vê, a implementação prática desses direitos é algo ainda a ser conquistado, pois em nosso país um grande contingente de pessoas se encontra à margem do direito ao trabalho, com justa remuneração e, neste contingente, se encontra um grande nº de portadores de deficiência.

Inúmeras pessoas deixam de conseguir empregos, não pela escassez, mas não por atenderem aos padrões de exigência compatíveis como desenvolvimento tecnológico nos setores primário, secundário e terciário da economia.

Por isso é que, ao se propor uma política de profissionalização dos portadores de deficiência, deve-se primar pela sua qualificação técnica aprimorada, para que entrem em condições de igualdade com outros profissionais na conquista do mercado de trabalho.

O Deficiente Mental Leve, bem qualificado, vai deter o saber técnico necessário para poder competir em situação de igualdade com os outros profissionais na busca ao mercado de trabalho que, a cada dia, torna-se mais competitivo, conseqüentemente vai exigir trabalhadores mais qualificados.

### ***1.1.3. Formas de Implementar os Programas de Profissionalização***

A formação dos portadores de deficiência deve-se, na medida do possível, ocorrer no âmbito da comunidade, como acontece com as demais pessoas.

No entanto, há grupos de educandos, cujo o grau de comprometimento os impede de avançar ou concluir a escolaridade, que necessitam de uma aprendizagem profissional supervisionada, compreendendo a iniciação ao trabalho, treinamento, qualificação pelo e para o trabalho, colocação no mercado de trabalho, o seguimento e o acompanhamento (Veronezzi, 1977).

Segundo o Currículo da Escola Especializada Mundo Colorido APAE (Francisco Beltrão) 1997, a iniciação para o trabalho pode ser definida como um programa paralelo à escolaridade e à profissionalização das pessoas portadoras de necessidade educacionais especiais, visando aprofundar a sondagem de aptidões, interesses, a oferta de informações sobre o mundo do trabalho e a aquisição de hábitos, habilidades e atitudes inerentes a ele.

O treinamento visa ao desenvolvimento das habilidades e aptidões das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais em diferentes locais (oficinas, centros de reabilitação, empresas industriais, órgãos públicos, etc.), assegurando as mesmas condições de participação no mercado de trabalho, proporcionando sua autonomia e independência.

A qualificação pelo e para o trabalho refere-se ao processo de formação profissional que capacita o indivíduo para o exercício de uma ocupação definida no mundo do trabalho, mediante domínio das operações e/ou tarefas pertinentes.

À colocação do mercado de trabalho se processará inicialmente através de estágio supervisionado, pela instrução Normativa nº 5, de 30/08/1991, no Ministério de Trabalho e lei nº 8959, de 23/03/1994, do Poder Legislativo, que modifica o art. 1º da lei 6494 de 07/12/1977, incluindo os alunos de Escolas Especiais.

Esta fase não caracteriza o vínculo empregatício (Escola-Empresa). A colocação propriamente dita ocorrerá através da sensibilização empresarial, utilizando-se, para tanto diferentes técnicas e estratégias que culminem com a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho.

Ao período que compreende o acompanhamento do desempenho e da adaptação da pessoa portadora de necessidades educacionais especiais nas relações de trabalho mais ou menos três meses denomina-se seguimento.

O desligamento reporta-se a culminância e o coroamento do processo de reabilitação e habilitação da pessoa portadora de deficiência após sua inserção no mundo do trabalho.

Tais etapas se processam, total ou parcialmente, em programas de profissionalização desenvolvidos em Escolas Especiais, Centros de Reabilitação e Habilitação, Oficina Pedagógica, Trabalhos Supervisionados, Escola-Empresa, Trabalho à Domicílio e outros recursos da comunidade (SENAI, SENAC, SESC, SESI, etc.).

## ***1.2. Educação Profissionalizante***

A Educação Especial Profissionalizante tem por objetivo preparar a pessoa portadora de deficiência para viver no meio social de forma participativa, produtiva e útil. Propicia ao portador de deficiência a consciência de seus direitos pois, este educando, bem preparado e orientado em diferentes treinamentos, é capaz de desempenhar várias atividades no mundo do trabalho competitivo ou supervisionado.

Para atingir estes objetivos, é necessário o apoio da família que, junto à escola e a comunidade devem estimular suas limitações, criar novas oportunidades de mercado de trabalho eliminando gradativamente as situações segregadoras para que, finalmente, possa também integrar-se na comunidade pelo trabalho e para o trabalho através dos princípios de participação, individualização, normalização e integração.

O deficiente mental leve pode, tranqüilamente competir ao lado de outros membros da comunidade.

Conforme as Diretrizes Teórico- Metodológicas para a Educação Especial (1994), a integração social, através do trabalho é o objetivo da educação e da habilitação e reabilitação profissional das pessoas portadoras de deficiência, que culmina o processo da Educação Especial.

Esta integração ocorre plenamente quando, no processo educacional, parte-se da orientação vocacional e profissional do educando, que deve ser acompanhado e “avaliado” seguidamente a fim de ampliar suas opções individuais de trabalho, sempre visando ao equilíbrio entre a maximização do seu potencial e o desempenho de papéis profissionais.

### ***1.2.1. Conceitos profissionalizantes usados dentro da Educação Especial***

- **Habilitação Profissional**: Caracteriza-se como um processo dinâmico que, em fases distintas, compreensivas e seqüenciais, oportuniza à pessoa portadora de deficiência leve, através de programas específicos especializados, a formação profissional, a aquisição de hábitos, experiências e atitudes indispensáveis à sua integração à comunidade.
- **Reabilitação Profissional**: É o desenvolvimento de um conjunto de habilidades e adequações que oportunizará a inserção da pessoa portadora de deficiência nas mais variadas situações de trabalho de acordo com o nível de competência social, pessoal e profissional de cada educando especial.

- **Iniciação ao Trabalho**: É o tempo em que através de um trabalho específico, se descobrem e se desenvolvem as habilidades e aptidões de cada educando.
- **Treinamento**: São as práticas destinadas à preparação do trabalhador, desenvolvida em situação real do trabalho, específica ou não. É a prática que treina o trabalhador
- **Qualificação Profissional**: A qualificação profissional, genericamente, prepara o aprendiz de forma a que possa exercer uma ocupação qualificada no mercado de trabalho, nele se ajustando e nele se mantendo.
- **Habilidade**: Significa a execução correta de uma determinada tarefa dentro de um tempo previamente estabelecido e com menor esforço possível.
- **Orientação Vocacional**: Visa orientar e preparar a pessoa portadora de deficiência para uma escolha profissional adequada, desenvolvendo suas potencialidades, conhecimentos, habilidades psicossociais e profissionais/ocupacionais com o fim de auxiliar nas decisões sobre sua futura profissão sempre respeitando os objetivos, ritmo e individualidade de cada educando.
- **Orientação profissional**: É o complexo de conceitos diretivos e de métodos que servem para indicar a cada indivíduo as atribuições de trabalho para quais ele possui as necessárias inclinações e capacidades e, no exercício dessas, possibilidades de conseguir resultados melhores com vantagens suas e da sociedade.
- **Programa de Profissionalização**: É o conjunto de procedimentos que compreendem o planejamento e a elaboração de programas e projetos específicos de formação profissional portadora de deficiência leve para que está possa exercer uma profissão ou ocupação que lhe proporcione realização, autonomia e independência, mesmo que sejam estas, limitadas.
- **Subcontrato**: É a prestação de serviços de mão-de-obra a terceiros (empresa e particular), cuja execução é feita pelos aprendizes dentro da oficina. Normalmente este serviço se restringe a montagem, seleção de peças ou objetos, embalagem e outros no qual são estipuladas as condições do trabalho a realizar.
- **Terceirização**: Nome dado a tendência de comprar fora produtos ou serviços que não fazem parte do negócio principal de uma empresa. Tanto fornecedores quanto compradores de mercadorias e serviços precisam aprender a atuar como parceiros, como sócios de um mesmo empreendimento.
- **Fabricação própria**: É uma forma alternativa de propiciar trabalho temporário ou permanente que servia para sustentação financeira da própria oficina, bem como oportunizar aos aprendizes meios de treinamento e produção.

- **Remuneração:** É o valor pago ao aluno – aprendiz mediante sua produção.
- **Trabalho em regime especial:** É aquele desempenhado por pessoas portadoras de deficiências que ainda não se encontram em condições de acesso ao mercado de trabalho. Embora possa ser executado em caráter permanente, destina-se, essencialmente, a pessoas portadoras de deficiências em caráter transitório, e a servir de meio de aprofundamento na preparação profissional, visando o acesso ao mercado de trabalho. Poderá ser realizado sob formas de vínculo empregatício autônomo e outras alternativas legais.

### ***1.2.2. Fases dos programas profissionalizantes***

Segundo Canziani (1977), o programa de profissionalização compreende as seguintes fases:

- **Iniciação ao Trabalho:** Fase que pode ser definida como um programa intermediário entre a escolaridade e a profissionalização. Tem por objetivo aprofundar a sondagem de aptidões, a oferta de informações sobre o mundo do trabalho e a aquisição de hábitos, de habilidades e de atitudes para o trabalho devendo ser uma preocupação constante do currículo que necessita ser revista periodicamente.
- **Treinamento pelo e para o trabalho:** Visa desenvolver as habilidades e aptidões das pessoas portadoras de necessidades especiais em diferentes locais (oficinas, centros de reabilitação, empresas comerciais e industriais, etc.), assegurando as mesmas condições de participação no mercado de trabalho, proporcionando sua autonomia e independência.
- **Qualificação para o trabalho:** É o processo de formação profissional que capacita o indivíduo para o exercício de uma ocupação definida no mercado de trabalho, mediante o domínio das operações e/ou tarefas.
- **Colocação / Inserção:** É a utilização, de diferentes técnicas e estratégias para a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho.
- **Seguimento:** É o acompanhamento do desempenho e da adaptação da pessoa portadora de deficiência nas relações de trabalho.
- **Desligamento:** É a culminância do processo de reabilitação e habilitação da pessoa portadora de deficiência após sua inserção no mercado de trabalho.

### *1.2.3. As oficinas pedagógicas*

Recurso educativo que usa a atividade manual como meio de educação e habilitação do educando especial. Esta atividade está aliada a outras diferentes áreas paralelamente trabalhadas como: Educação Física, Educação Musical, reforço pedagógico, Educação Artística, Atividades de Vida Diária e Atividades de Vida Prática, etc. com o objetivo de preparar o aluno para assumir futuramente uma atividade produtiva. É uma etapa intermediária e indispensável entre a escolaridade e o trabalho produtivo e tem início no final da escolaridade e destina-se ao adolescente com faixa etária de 14/16 anos à 18/20 anos.

A oficina pedagógica envolve três etapas:

- Iniciação ao Trabalho: tem por objetivo preparar o educando para o trabalho, desenvolvendo atitudes e hábitos para o ingresso nas oficinas de treinamento.
- Treinamento: tem por finalidade o desenvolvimento de habilidade e aptidões para a aquisição de uma futura ocupação. Nessa fase, o educando é familiarizado, com o material bem como as técnicas necessárias ao trabalho.
- Produção: é a qualificação pelo e para o trabalho. Dentro desta etapa o educando passa a demonstrar o que aprendeu nas etapas anteriores. Na produção o educando deve dominar os conhecimentos de começar e acabar uma tarefa, ter destreza manual, cuidados com o material, economia de recursos, ter responsabilidade de saber que está colaborando para um projeto.

Os objetivos da oficina pedagógica são:

- Desenvolvimento de treinamento de habilidades básicas
- Respostas das possibilidades, potencialidades e tendências do aprendiz

A diversidade de atividades propostas no programa de oficina pedagógica, tem por objetivo, desenvolver o potencial residual do educando.

Neste programa ainda não se exige qualidade e quantidade pois é um programa voltado ao desenvolvimento e treinamento de habilidades básicas e não se justifica a exigência em termos de qualidade e quantidade do produto final – processo esse gradual e progressivo que é o desenvolvimento das habilidades básicas e aquisições de habilidades específicas, refletindo na evolução do aluno aprendiz.

O enfoque com relação ao produto, no nosso entender, deverá ser no sentido do aprendiz poder perceber sua possibilidade de realizar determinadas atividades, valorizando as habilidades apresentadas, trabalhando com ele no sentido de fortalecer sua auto-confiança e sua auto-estima. Processo e produto devem ser aliados. Um processo bem vivenciado reverterá, em médio prazo, na possibilidade de confeccionar um produto de qualidade. Para

realização disso, as atividades deverão ser selecionadas de acordo com a capacidade e interesse do aprendiz bem como da instituição.

O aprendiz deve acompanhar todas as fases de confecção do produto, ou seja, começo, meio e fim. Assim os alunos podem compreender o que estão fazendo, para que estão fazendo, e qual será a serventia do produto. É uma forma de possibilitarmos maior participação do educando como um todo.

A oficina pedagógica compreende uma fase de treino, e como tal deve possibilitar aos aprendizes a oportunidade de passar, em sistema de rodízio, por todas as atividades. É a ação pedagógica correta pois estamos garantindo a oportunidade para que realizem atividades diversificadas, estimulando-os e habilitando-os a desempenharem no futuro uma atividade produtiva condizente com suas possibilidades, habilidades, tendências e preferências.

#### ***1.2.4. Caminhos que levam o deficiente mental leve à profissionalização***

Para haver um preparo profissional há necessidade anteriormente de um preparo geral. O educando especial para chegar a profissionalização deverá passar pelos seguintes níveis:

- a) **Nível Educacional**: inicia-se quando a criança entra na escola especial e há o preparo para o ajustamento social. Com a colocação adequada do educando, sob a orientação e dedicação de um professor capacitado e especialmente treinado, a escola contribui muito para o ajustamento final, social e vocacional do Portador de Necessidades Educativas Especiais. Haverá o desenvolvimento das atitudes e hábitos da vida diária, de independência, de tolerância ao trabalho de responsabilidade, de pontualidade, de relacionamento com o grupo. Ao lado disso a escola procurará fazer com que haja desenvolvimento da linguagem, da psicomotricidade, da orientação espacial e temporal, das funções intelectuais do treinamento sensorial. Esta fase vai até em torno dos mais ou menos 13/14 anos e nela os alunos recebem também noções fundamentais do ensino regular.
- b) **Nível de desenvolvimento pré-vocacional**: tem início aos mais ou menos 13/14 anos e visa o desenvolvimento de habilidades e aptidões para aquisição de uma ocupação. É importante nesta fase o trabalho de avaliação vocacional estudando e analisando atitudes, as reações do educando na situação de ocupação diante da tarefa. Cada tarefa deve ser analisada em seus aspectos psicológicos, vocacionais, industriais, etc., adaptando-se às dificuldades de cada aluno. É uma sondagem de aptidões.

- c) **Nível vocacional**: consiste no crescimento de habilidades vocacionais. Ocorre na faixa etária de mais ou menos 15 anos. É quando o educando especial passa a ter o treinamento profissional propriamente dito nas oficinas pedagógicas.

### ***1.2.5. Os espaços profissionalizantes da Escola Especializada Mundo Colorido***

Até bem pouco tempo atrás, nossa Escola oferecia aos educandos três programas profissionalizantes: Marcenaria, Malharia e Tecelagem. Recentemente foram introduzidos outros programas com o objetivo de atender a demanda e diversificar a profissionalização: Projeto Piá das Flores, Cestaria e Trabalhos Manuais. Setores com um ou mais professores especializados que conduzem a ação pedagógica no sentido profissionalizante. No caso da malharia e marcenaria, além do professor, possuem um instrutor que realiza a parte prática de cada um desses setores. O professor acompanha, auxilia e determina as ações pedagógicas capazes de conduzir, pelo melhor caminho os educandos especiais à profissionalização.

São setores profissionalizantes da Escola Especializada Mundo Colorido :

- a) **Projeto Piá das Flores**: Tem como objetivo proporcionar condições adequadas e necessárias ao educando no meio em que vive, fazendo-o participar das atividades de sua família, da comunidade da escola, considerando as individualidades e potencialidades, desenvolvendo suas habilidades através do contato com a natureza: terra, plantas, água e os animais. Este programa possui como conteúdos: o solo e suas condições; tipos de solos; solos produtivos; as necessidades da planta; épocas adequadas para plantio das diferentes espécies; a utilização das plantas; as ferramentas; nomenclaturas; utilidades, conservação e cuidados; uso adequado das ferramentas; o preparo da terra, canteiros e vasos; adubação da terra; a semeadura; o plantio das flores e folhagens; o plantio de legumes, verduras e plantas medicinais; o regar; conservação dos canteiros, vasos e jardins; replantio; desbaste; estaqueamento; amarração e desbrota; reprodução de mudas; a poda; a colheita; os animais nocivos e úteis às plantações; a utilidade das plantas e aproveitamento das mesmas na medicação, alimentação e adubação; comercialização dos produtos.
- b) **Marcenaria**: Visa buscar equilíbrio, realização e organização da pessoa no convívio do aprendizado bem como a preparação para o mercado de trabalho fora da escola. Este setor trabalha com os conteúdos: a madeira: origem, tipo, finalidade; ferramentas; maquinários; o lixar; o plainar; o medir; o riscar; o furar; o serrar; o montar; o pregar; o colar; o acabamento; pintura; consertos e reformas; embalar e comercializar.

- c) Cestaria: Objetiva desenvolver no aluno a criatividade bem como a profissionalização dentro da arte de tecer filas de folhas de revistas e jornais, obtendo produtos comercializáveis, descobrindo novos artesãos na confecção de cestos, chapéus, porta-revistas, etc.; tornando-o útil e produtivo, levando-o assim a identificar-se como um ser social, com direitos e deveres. Este programa trabalha com conteúdos como: boas maneiras; comercialização dos produtos; responsabilidade; preparação do material (enrolar, achatar, formar fitas de papel e colar); confecção de cestas; pintura; decoração dos produtos; criação de novas formas e objetos para o setor.
- d) Malharia: Tem como objetivo preparar e encaminhar as alunas para o mercado de trabalho, desenvolvendo a busca do equilíbrio e realização como pessoa útil a si e a sociedade. Este programa é dividido em dois setores: no primeiro, as alunas aprendem a confeccionar pano mecânico (estopa), resultado do aproveitamento de retalhos de malha e passa por diversas etapas desde a seleção de retalhos até a montagem final. É um material usado em oficinas mecânicas principalmente para limpeza das máquinas. No segundo, os alunos aprendem a confeccionar camisetas, passando pelo processo de seleção da malha, riscagem, corte, costura, acabamento e embalagem.
- e) Tecelagem: Esse programa visa oportunizar, através de trabalhos artesanais, o desenvolvimento da criatividade do aluno propiciando atitudes e hábitos adequados ao trabalho tanto individualmente quanto em grupo, preparando o educando para viver produtivamente junto a sociedade.
- Os conteúdos ficam distribuídos entre o preparo da lã e o uso da mesma no tear. Quanto ao preparo da lã: o abrir, o tingir, o cardar, o enrolar, o tecer, etc.
- Quanto ao uso da lã: separar a lã, o uso da roca, o colocar a lã no tear, dominar o uso dos navetes, arremate final.
- f) Trabalhos manuais: Objetiva preparar profissionalmente o aluno para que adquira hábitos para atuar em trabalho sistemático, considerando sempre as potencialidades e diferenças individuais.
- Os conteúdos trabalhados neste programa o uso das agulhas tanto para tricô como para crochê, o manuseio de agulhas de tapeçaria, montagem de retalhos de malha (confecção de buchinhas para limpeza de máquinas em oficinas), e a seleção de lãs e retalhos.

### ***1.3. Trabalho, integração social e o deficiente mental leve***

#### ***1.3.1. Trabalho e Deficiência Mental Leve***

Atualmente, não restam dúvidas que os Portadores de deficiência mental leve podem trabalhar. Um dos direitos universais do homem é o direito ao trabalho pois dele depende a sobrevivência.

Conhecemos a capacidade de trabalho do educando especial, bem como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho para todas as pessoas. O mercado de trabalho é altamente competitivo. Os profissionais que trabalham nessa área questionam qual é a preparação necessária para inserir o deficiente mental leve no mercado de trabalho?

Segundo Tomasini (1993), os profissionais da educação especial (área de DM) tem uma dupla tarefa: primeiro, fazer uma ampla e gradual tarefa que objetivem o acesso do deficiente mental através de programas que antecedem a inclusão dos alunos no mercado de trabalho e segundo, conscientizar toda a sociedade que o deficiente mental é capaz de competir no mercado de trabalho.

A primeira tarefa nos conduz a uma ação pedagógica eficiente que busque a cada etapa nova que o educando entre, a dominação dos pré-requisitos para obter os conhecimentos da fase ainda desconhecida. O educando precisa dominar conteúdos básicos para chegar aos caminhos da profissionalização e, a partir daí o caminho é traçado pelos níveis citados anteriormente, ou seja, pelo nível educacional, desenvolvimento pré-vocacional e por último o vocacional.

Passando esses níveis, o aluno entra nas oficinas pedagógicas para depois ir para a profissionalização.

A segunda tarefa depende do envolvimento de toda a sociedade pois para mostrar a capacidade de trabalho do deficiente mental é necessário o empenho dos mais diversos setores como a própria instituição que atende esses educandos, os órgãos públicos e aqui ressaltamos a importância do trabalho das escolas via Secretaria de Educação Municipal ou via Núcleo Regional de Ensino, além de outros órgãos.

Entendemos que o cumprimento destas tarefas ainda não basta, é fundamental uma ação pedagógica capaz de realizar a formação integral do aluno com o deficiente mental. O treinamento mecânico torna o educando apto a determinada tarefa ao passo que se os profissionais da educação especial insistirem numa formação integral o deficiente mental é preparado de forma mais completa.

Quanto aos profissionais da educação especial, em seu trabalho, para que realmente formem o deficiente mental por inteiro é fundamental que façam a ruptura de paradigmas que rotulam a capacidade do educando especial. Agindo assim, estaremos contribuindo com a sociedade e principalmente com nosso aluno.

Precisamos estar conscientes que nosso educando necessita de uma formação integral para que não seja ele preparado para o trabalho e quando estiver pronto para a realização do mesmo não vá aumentar as filas do “exército de reserva” tão normal em nossa sociedade capitalista. Nosso educando deve ser capaz mas, dignamente pela aptidão, capacidade e não trabalhar para atender os anseios da sociedade capitalista não ser submisso dessa sociedade.

### ***1.3.2. Integração Social e Trabalho***

Proporcionar condições que favoreçam o desenvolvimento, ajustamento e integração pessoal/social e profissional/ocupacional da pessoa portadora de deficiência mental é o grande desafio da Escola Especial. Desafio esse que faz com que esses educandos tornam-se eficientes e capazes de assumir responsabilidades na família e na comunidade.

“Integrar” é a fala dos órgãos públicos ligados à Educação Especial. Integrar, segundo Janussi (1992) é muito mais que “atender” e “estar preparadas as instituições especializadas para inserir esse educando na sociedade. Integrar é muito mais que isso. Integrar é tornar completo. É fazer com que o DM desempenhe funções adequadas ao meio em que vive. É andar junto com outras pessoas da sociedade sem ser ridicularizado já que o DM é parte da sociedade pois desempenha suas funções de trabalho mais lentas e, por vezes bem mais elementares mas é capaz de produzir e se não puder independente, o mínimo que se possa fazer dentro das instituições através de um bom trabalho é que se tornem semi-independentes.

Para que a pessoa portadora de deficiência mental possa realizar-se plenamente, é necessário que a mesma exerça um trabalho socialmente útil. Isso requer preparo social e profissional, mas a educação deve ter como preocupação o desenvolvimento pleno de todas as possibilidades do educando. O importante é a aprendizagem não a produtividade pois é através da absorção de conteúdos que o indivíduo adquire hábitos e atitudes positivas de modo a capacitá-lo para o trabalho e este é uma forma poderosa de integração.

Muitos alunos profissionalizados das Escolas Especiais conseguem fazer uma boa integração em trabalhos comuns oferecidos pela sociedade. Outros já apresentam uma dificuldade maior de integração causadas pelo envolvimento de afetividade, a própria

liberdade aliadas a amizade, solidariedade e companheirismo que existem dentro das instituições especiais. No interior das instituições especializadas profissionalizantes, o trabalho e o lazer andam juntos; entre os “empregados” persiste um inter-relacionamento que se fosse adotado como modelo pelo mercado capitalista, com certeza, nestas empresas a produção seria alterada para um número maior, gerando uma série de conseqüências positivas, possibilitando um maior rendimento para estas empresas, de acordo com Januzzi (1992).

Nossa sociedade e nosso sistema político e social são contraditórios. Grande contingente de desempregados existe no país e deste, a imensa maioria é despreparada para qualquer tipo de trabalho. Uma pessoa com deficiência mental bem educada e habilitada para o trabalho pode executar tarefas nas empresas, órgãos públicos e na comunidade. A questão fundamental não é nem a capacidade nem a limitação. A essência está no preparo desta pessoa para o trabalho e a conscientização do valor da mão-de-obra do deficiente mental que, segundo alguns é valorizada pelo mínimo do mínimo.

É notória a importância de programas dentro das instituições especializadas, que preparem os deficientes mentais para a profissionalização pois as pessoas devem viver e conviver em comunidade. Todos devem ter oportunidades iguais para que o direito do cidadão seja respeitado. Isso deve se tornar realidade e é um compromisso tanto dos profissionais da educação especial quanto dos outros setores da sociedade.

### ***1.3.3. O Deficiente Mental Leve e o trabalho competitivo***

A realidade brasileira em termos de sistema de produção, não nos deixa muito animados quanto a inserção de DM no mercado de trabalho. O crescente número de desempregados mostra-nos a necessidade de abertura de novos campos de produção que objetivem absorver a mão-de-obra ociosa tão crescente em nosso país.

A aquisição de um espaço no mercado de trabalho pelo DM é algo que vem preocupando os profissionais que trabalham na área pois esses tem a cumprir dupla tarefa: primeiro, fazer cumprir uma ampla e gradual caminhada que objetivem o acesso do Portador de Necessidades Educativas Especiais (DM leve), através de programas que antecedem a inclusão dos alunos no mercado de trabalho e, segundo, conscientizar a sociedade que o DM leve é capaz de competir no mercado de trabalho.

Entendemos que, apesar das contradições do nosso sistema, existe um espaço onde os portadores de deficiência mental, de nível médio e moderado, podem desempenhar funções

dentro de muitas empresas. Estamos nos referindo a tarefas repetitivas (desempenho de tarefa cuja produção seja por série), que não requeiram muito esforço de elaboração a fim de serem executadas. Para esse tipo de atividades, os deficientes mentais tem bem mais tolerância que os normais; esses últimos, com o tempo, tornam-se irritados em sua capacidade intelectual. Mesmo que o trabalho requeira uma coordenação motora fina, os deficientes mentais leves, poderão desempenhá-la com destreza.

Segundo Tomasini (1993), ao deficiente sempre foi atribuído toda a sorte de não saber e quando, finalmente pode demonstrar sua capacidade na realização de algo, o crédito não lhe é dado. Ora, as possibilidades de trabalho do deficiente mental leve são sempre favoráveis desde que seja preparado convenientemente e de forma realista. O importante é que este educando seja preparado para o desempenho de sua função com dignidade, como um trabalhador comum, que responde às exigências da sociedade em que vive com a força de seu trabalho.

Podemos então questionar: se este educando é bem preparado porque não é comum que esteja ele inserido no interior das fábricas demonstrando sua força de trabalho? Podemos responder: o que falta é uma conscientização da sociedade, em partes: Podemos justificar que realmente há uma falta de conscientização da sociedade. Mas, se tivermos um pouco de conhecimento de economia de mercado dos últimos anos ou melhor, dos anos que precedem o próximo milênio veremos que, com a globalização dessa economia aliada a tecnização é cada vez menor a inserção de pessoas no mercado de trabalho, portanto, diminui ainda mais a inclusão do deficiente mental neste mercado. Entendemos assim, que a nova ordem mundial é a prática da exclusão em todos os espaços sociais.

Para o mundo capitalista, o portador de deficiência mental leve, não produz, ou melhor, tem um baixo rendimento, o que vai gerar menos lucro. Para o capitalista, a mercadoria é produzida por um “custo muito alto”, portanto é preciso mão-de-obra ágil, rentável segundo as leis capitalistas. Com isso, o deficiente mental leve encontra mais uma barreira. De acordo com Anache (1994, pág 119).

“Tem sido “permitido” a estas pessoas um espaço no mercado de trabalho, porém tal permissão, conquistada às custas de muita luta, justifica-se pela própria lógica do sistema capitalista que, além de simplificar e objetivar o trabalho para todos os indivíduos, pode, ao mesmo tempo, colocar trabalhadores, inclusive o deficiente, numa situação de submissão a um sistema que o aliena, para lhe conceder a dádiva de sua subsistência”.

A questão fundamental do deficiente mental x trabalho competitivo é a ausência de conscientização da sociedade quanto à contribuição que o deficiente pode oferecer com seu trabalho e ainda, a situação de instabilidade da economia do país. Para solucionar esta questão a retomada do crescimento econômico a médio e longo prazo é de fundamental importância.

Na verdade, o educando especial, quando treinado, freqüentemente pode oferecer uma contribuição maior ao seu empregador do que o indivíduo que embora não sendo um Portador de Necessidades Educativas Especiais não traz consigo habilidades e nem capacidades particulares. O elemento decisivo é a própria colocação, ou seja, o homem certo para o trabalho certo.

## II – METODOLOGIA

A ação deste projeto visa somar esforços com todas as pessoas envolvidas no processo de formação profissional do educando deficiente mental leve.

A realização deste trabalho dar-se-á em duas fases:

- Capacitação em Educação Profissionalizante para todos os profissionais que atuam na instituição.
- Conscientização dos pais dos educandos – deficiente mental leve da importância da preparação para o trabalho.

### ***2.1. Procedimentos Metodológicos***

Com o objetivo de conscientizar pais e profissionais realizar-se-á uma reunião quinzenal (a partir do segundo semestre de 98) para discussão e implementação do programa.

A capacitação para os profissionais que atuam na instituição terá uma duração de 40 horas e ocorrerá de 20 a 25 de julho do corrente ano conforme anexo I.

Em seqüência, efetuar-se-á a conscientização dos pais sobre a importância da preparação para o trabalho onde estes poderão elucidar o programa em questão durante a primeira semana de agosto num encontro de 4 horas.

### ***2.2. Recursos***

### **2.2.3. Humanos:**

- Coordenadora do projeto.
- Profissionais que atuam com o deficiente mental leve.
- Pais de alunos.

### **2.2.4. Materiais:**

Os encontros-seminários serão coletivos. Usaremos recursos como palestras, fitas de vídeo, slides, cartazes, reflexões individuais e em grupo, questionários e outros.

### **2.2.5. Avaliação:**

Será feita a avaliação, no final de cada encontro, através da observação direta e indireta, análise e discussão dos resultados e será efetuada também através da presença dos envolvidos.

### III – CONCLUSÃO

Ao findarmos o presente trabalho, acreditamos que o mesmo venha contribuir para o processo de ingresso do deficiente mental leve, dentro da Escola Especial Profissionalizante.

Concluimos que os Programas de Educação Profissionalizante envolvem procedimentos referentes a vários aspectos como a orientação vocacional, a profissional e também a conteúdos essenciais específicos da profissionalização. Quanto a isso, cada escola desenvolve seu conteúdo pois as realidades são diferentes.

Os caminhos que norteiam todo o processo desse ingresso à profissionalização, com certeza nos darão subsídios para contribuir na concretização dos recursos que levam o deficiente mental leve a ter um melhor preparo para o ingresso na área profissionalizante dentro da Escola Especial Profissionalizante.

Entendemos também que, por vezes o processo de ingresso na área profissionalizante, dentro da Escola Especial, não obtém o sucesso esperado, por uma série de fatores como as deficiências de recursos físicos e principalmente humanos que dificultam o desenvolvimento correto do processo. A carência de profissionais realmente habilitados é muito grande. As organizações das Escolas e Instituições especializadas são na verdade uma barreira na formação integral profissionalizante do educando especial. Os discursos a nível estadual e federal são direcionados à preparação ideal. A realidade porém, toma rumos diferentes. Os presidentes dessas associações (os comandantes), nem sempre possuem conhecimento da parte pedagógica. Entendemos que é o pedagógico que vai elaborar os pré-requisitos para a iniciação ao trabalho, para a profissionalização. Queremos ressaltar também que, por vezes, nas Instituições e Escolas Especializadas, ocorre um direcionamento para lados opostos

quanto aos objetivos a seguir tanto no interior das escolas e instituições quanto nas diretorias das mesmas.

Assim, o deficiente mental leve, acaba ficando sem opções para qual dos setores profissionalizantes quer ser encaminhado. Pior que isso: não tem direito à escolha do que ele quer dentro do que está apto. Os diferentes setores profissionalizantes das Escolas e Instituições Especializadas não levam em conta os interesses e habilidades dos educandos, pois sempre “aproveitam-se os recursos humanos e materiais que já dispõe”. Quando o aluno chega apto à profissionalização, não se adapta pois não foi treinado àquela tarefa e mais que isso: gostaria de rumar em direção a um outro setor profissionalizante.

Observamos que para tornar o processo de ingresso à profissionalização as Escolas e Instituições Especializadas devem buscar nos Fundamentos Teóricos da Profissionalização, um recurso bibliográfico que elucidará as propostas de profissionalização. Ter conhecimento da Educação Profissionalizante é um dos caminhos que podemos trilhar para que nosso educando – o deficiente mental leve, possa inserir-se no competitivo mercado de trabalho. Assim, nosso aluno conseguirá competir ao lado das outras pessoas da sociedade e, nosso trabalho em função do deficiente mental leve terá proporções igualitárias às outras escolas profissionalizantes.

## BIBLIOGRAFIA

- ANACHE, Alexandra Ayach – O deficiente e o mercado de trabalho: Concessão ou Conquista? – Revista Brasileira de Educação Especial – Volume II – 1996 – nº 4 – pág 119-126.
- CANZIANI, Maria de Lurdes – Profissionalização do Excepcional – Texto de palestra. CTBA, 1973.
- D'ANTINO, Maria Eloísa Famá – Oficina Pedagógica: espaço profissionalizante – O Deficiente no Brasil – Acape – São Paulo – S.P.
- FILHO, Octávio Blatter – O portador de deficiência mental (Por que não heterocapacitado) e o direito do trabalho – ANAIS – Congresso Nacional das APAEs – Federação Nacional das APAEs – pág 123-131.
- FRANCISCONI, Ângela Monroy – Integração pelo trabalho. Palestra proferida no XXXI Encontro Estadual das APAEs do PR – Bela Vista do Paraíso – 1992.
- GLAT, Rosana – Questões atuais em Educação Especial – A Integração Social dos Portadores de deficiências: Uma Reflexão – Sette Letras – Volume I – Rio de Janeiro – 1995.
- JANUZZI, Gilberta Sampaio – Oficina abrigada e a “integração” do “deficiente mental” – Revista Brasileira de Educação Especial – Volume I, 1992 nº I – pág 51-62.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér – A Integração de pessoas com deficiências – São Paulo: Memnon – Editora Senac – São Paulo, 1997.
- MENSAGEM APAE – Evolução do Trabalho com o excepcional dentro do processo grupal –

Ano 6, nº 18, outubro/dezembro, 1979 – pág. 16-18.

MENSAGEM APAE – Excepcionais trabalhando na indústria da pesca – Ano 3 – nº 5, janeiro/abril – 1976 – pág. 53-54.

MENSAGEM APAE – Integração pelo trabalho, desafio que se vence aos poucos – nº 73 abril/junho – 1994 – pág. 18-20.

MENSAGEM APAE – A experiência da APAE de Cascavel com a pessoa com deficiência Mental – nº 70 – julho/setembro – 1993, pág 12-13.

PEREIRA, Olívia – Integração do excepcional na força de trabalho – Tese de doutorado – MEC – OEA – 1997.

PLANO Curricular – Escola Especializada Mundo Colorido APAE – Fco. Beltrão – PR – 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – Departamento de Educação Especial – Educação Profissionalizante – Diretrizes Teórico- Metodológicas – CTBA – 1994 – Pág. 101-106.

TOMASINI, Maria Elizabete – Trabalho e deficiência mental: uma questão a ser repensada – Revista Brasileira de Educação Especial – Volume II, 1995 – nº 3, pág. 127-131.

VERONEZZI, Roberto Francisco – O excepcional na força de trabalho – São Paulo – APAE, 1977.

# ANEXO

## **ANEXO I**

### **Capacitação sobre Educação Profissionalizante para os profissionais que atuam com o Deficiente Mental Leve**

- Caminhos que levam o Deficiente Mental Leve à profissionalização.
- Educação Profissionalizante.
- Conceitos profissionalizantes usados dentro da Educação Especial.
- Fases dos programas profissionalizantes.
- As Oficinas Pedagógicas.